



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

ISSN ELETRÔNICO 2316-3801

EM BUSCA DA LIBERDADE: MULHERES ESCRAVIZADAS E OS CAMINHOS DA ABOLIÇÃO — ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO DÉCADA DE 1880

Maria Emília Vasconcelos Santos¹

RESUMO

O presente artigo versa a respeito dos últimos anos do processo de abolição em Pernambuco e especificamente como esse momento foi experimentado por três mulheres escravas em um engenho açucareiro da Mata Sul de Pernambuco. Este texto, por meio de um processo judicial, discute introdutoriamente, gênero,

abolição e fugas na década de 1880 na província pernambucana.

PALAVRAS-CHAVE

Abolição. Mulheres escravizadas. Fugas. Pernambuco.

ABSTRACT

This article discusses about the last years of the abolition process in Pernambuco and specifically how this moment was experienced by three slave women in a sugar mill in Zona da Mata of Pernambuco. This text by means of legal proceedings discusses introductorily, gender, abolition and leakage in the 1880s in the province of Pernambuco.

KEYWORDS

Abolition. Enslaved women. Leakage. Pernambuco.

RESUMEN

En éste artículo, se discute acerca de los últimos años del proceso de abolición en Pernambuco, y más específicamente, cómo este momento ha sido vivido por tres mujeres esclavas en una fábrica de azúcar en el Sur de la Mata de Pernambuco. Este texto, a través de una demanda judicial, se discute en su introducción,

el género, la abolición y las fugas en la década de 1880 en la provincia de Pernambuco.

PALABRAS CLAVE

La abolición. Mujeres esclavizadas. Fugas. Pernambuco.

1 O CENÁRIO

Como se sabe a Abolição da escravidão no Brasil demorou a se concretizar e só ocorreu depois de longa luta por parte dos escravos, abolicionistas e demais pessoas e grupos que defendiam o fim do cativeiro². Esse movimento provocou uma onda de mobilização que se estendeu por todo o país. Proprietários de escravos tentaram frear mudanças na ordem social estabelecida, mas ainda assim as mulheres escravizadas não deixaram de lutar por suas liberdades. As intempéries vivenciadas pelas escravas ainda tem muito a dizer sobre o período de desagregação do escravismo em Pernambuco. Assim, este texto é uma tentativa de reconstruir um pouco da vida de mulheres escravas na década de 1880, entretanto não se pode contar a história delas sem incluir seus laços com os homens com quem mantinham relações.

O caso que aqui será narrado se passou na região da Mata Sul de Pernambuco. Robert Levine afirmou que ao longo de todo o século XIX e começo do século XX a maior parte da população do Nordeste estava concentrada na Zona da Mata³. Com base nessa proposição se é levado a acreditar que em Pernambuco não foi diferente e por isso que a Zona da Mata Sul é um palco excelente para se observar como os anos finais do cativeiro foram vivenciados por mulheres escravas. Ao longo desta narrativa deparar-se-á com ações de três escravas flagradas em fonte. Com muita sorte à documentação acessada foram permitidas algumas aproximações aos personagens do tipo *close-up* e por vezes uma visão mais distante, ou seja, mais ampla.

Pernambuco, durante o século XIX, foi uma das mais importantes áreas canavieiras do Brasil. Os engenhos de açúcar estavam localizados essencialmente na Zona da Mata que compreendia dois espaços

geográficos da área costeira com características naturais um pouco diferentes entre si: a Mata Norte e a Mata Sul a primeira é seca e a segunda úmida. Nas últimas décadas do século XIX a agroindústria açucareira predominava na Zona da Mata ou como também era conhecida a zona canavieira. Entretanto, a Mata Sul era a região econômica mais importante da província pernambucana. A designação Zona da Mata de acordo com Peter Eisenberg se deveu originalmente as grandes florestas que cobriam a região⁴.

Os fatores naturais exerceram influência significativa para transformar a Mata Sul em um centro de produção de açúcar da província pernambucana. Ao longo do século XIX a economia dessa localidade esteve orientada para a plantação de cana, produção de açúcar e de alguns dos seus derivados, como a aguardente, o mel e a rapadura. A atividade agrícola monocultora canavieira e a concentração fundiária adotada na localidade, desde o período colonial, influenciaram nas dinâmicas de exploração do território. A província pernambucana ao longo do século XIX perdeu um pouco da relevância econômica, mas, ainda assim a escravidão significava algo, notadamente, na zona açucareira.

Esse cenário rural testemunhou as transformações que se operaram em um contexto de intensas campanhas abolicionistas e de lutas pelo fim da escravidão empreendidas, também, pelos próprios escravos e escravas. Assim, o caso da fuga das três irmãs, detalhadas mais adiante, será um importante posto de observação para se compreender como os cativos utilizavam essa conjuntura para conseguirem a sua liberdade ou para melhorarem de condição.

Para abordar a questão das vivências das mulheres escravizadas nos últimos anos do cativeiro, utilizou-se

2. CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Machado, Maria Helena Toledo de. **O Plano e o Pânico** – os movimentos sociais da década da abolição. São Paulo: EDUSP, 1994.

3. LEVINE, Robert. **A Velha Usina** – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Pg- 31 e 36.

4. Eisenberg, Peter L. **Modernização sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977, p. 145.

como fonte principal o processo judicial que informa sobre a fuga das três escravas ocorrido em 1887. Esse tipo de documento tem a vantagem de fazer o relato de conflitos e disputas e ainda se referem a momentos anteriores do evento registrado na ação judicial. Para dar continuidade ao processo e obter subsídios acerca da situação era necessário recolher depoimentos de testemunhas que podiam ser pobres, ricos e analfabetos. Os escravos, também, estavam aptos para fornecer dados sobre a questão.

Ao abordar a história que envolveu as irmãs escravas em fuga permite visualizar os conflitos contidos nas relações tecidas pelas personagens. A narrativa que se está construindo, está inserida em uma discussão que pensa o indivíduo como fruto de seu tempo e de sua época. Por mais excepcional que seja esse sujeito não pode escapar ao que o rodeia.

A noção de “campo de possibilidades” é uma das bases da micro-análise, conciliando as ideias de condicionamento estrutural e agência humana. Os personagens conheciam os limites da realidade em que viviam e comportavam certa margem de elasticidade em suas ações e a todo o momento agiam, planejavam, teciam alianças e estratégias.

Feitas as considerações acima, cabe passar às constatações empíricas que permitem observar como as mulheres participaram desse processo de derrocada da escravidão. Um dos resultados desse momento de grande mobilização política e popular foi à desordem e a conseqüente fuga de escravos. Por meio da fuga das três irmãs podem-se apreender as relações entre gênero e escravidão em Pernambuco dos oitocentos.

2 MULHERES EM FUGA: INICIATIVAS PARA CONSEGUIR A LIBERDADE.

Em fins do mês de julho de 1887 três escravas e seus filhos ingênuos fugiram do Engenho Trapiche da Cidade de Ipojuca em busca de suas liberdades. Saíram do referido engenho do dia 29 para 30 de julho e deslo-

caram-se para o Engenho Conceição Velha. Chegando lá falaram com o Coronel Siqueira e o mesmo solicitou que elas fossem embora, dizendo que sua propriedade não era local para acoitar escravos fugidos. Não conseguiram se apadrinhar com o coronel, mas não perderam a viagem. Nessa mesma ocasião as fugitivas encontraram o Senhor Cândido Dias que as convidou para ficarem em suas terras, no Engenho Guerra.

Era costume escravos procurarem senhores de localidades próximas a de sua residência para ajudarem em seus planos de obter a alforria, agenciar a sua venda para um senhor “melhor” ou ainda para intermediar um retorno após a fuga. Por fim, a presença de um padrinho podia servir para acalmar um momento tenso e resolver a situação da melhor maneira para as duas partes. Senhores de escravos muitas vezes estavam interessados em adquirir cativos sem ser pela compra, sendo assim, ofereciam os meios dos escravos fugirem com a condição de ser seu novo senhor. A intenção ou a apropriação efetiva de escravos de outrem não foi algo isolado. No processo sobre o caso das escravas do Engenho Trapiche o escravo José depôs que: “[Já tinha] sido por três vezes seduzido pelo Senhor Cândido Dias para fugir da casa do seu Senhor”⁵. Existiam senhores que aliciavam escravos para que eles fossem vendidos para outros senhores que supostamente lhes ofereciam melhores condições de vida, talvez até lhes aproximando da condição de libertos.

Como a fuga era algo corriqueiro, tanto as indivíduos quanto as coletivas, não era difícil que proprietários associassem o desaparecimento de seus escravos como decorrência de uma fuga ao invés de um aliciamento ou roubo. Mas era, também, sabido que alguns proprietários renovavam sua senzala de forma indevida⁶. O Major Prisciano, proprietário do Engenho Tinoco e conhecido por fazer parte de uma família de abolicionistas, era acu-

5. 1887 – Ipojuca - Traslado dos autos de perguntas aos escravos Aguida, Rufina e Barbina, de Guilhermino Joaquim do Rego Barreto. MJPE - Memorial da Justiça de Pernambuco.

6. CARVALHO, M. J. M. Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos Em Pernambuco, 1832-1855. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v.17, p.89-110, 1987.

sado de utilizar-se da mão de obra de escravos alheios. Em outras palavras, o Major estava sendo chamado de ladrão de escravos. O Major, em resposta, no dia 18 de outubro de 1887 no jornal *Diário de Pernambuco*, informou que já havia libertado todos os seus escravos e só empregava trabalhadores livres em seus domínios⁷.

O historiador Eduardo Silva (2003) lembra que em uma conferência à Confederação Abolicionista Rui Barbosa mostrava-se indignado com o fato do Projeto Saraiva pretender impor multas aos abolicionistas que acoitassem escravos ou apoiassem quilombos. Para ele pessoas que abrigavam escravos fugitivos realizavam atos meritórios e não podiam ser considerados criminosos e sim, pessoas com virtudes cristãs⁸. É verdade também que por vezes esses refúgios, como apontou Maria Helena Machado (2007), eram denunciados nos jornais de São Paulo como locais onde os abolicionistas tiravam vantagens do trabalho dos escravos sob sua guarda⁹.

As três mulheres, junto a seus filhos, foram se apadrinhar com um senhor de um engenho vizinho. Solicitar a proteção de pessoas livres bem estabelecidas foi uma estratégia há muito utilizada pelos cativos, embora ficasse a dúvida se para elas e seus filhos o que seria oferecido era proteção com obediência ou autonomia. As escravas não tinham certeza que o fim do cativeiro há um tempo debatido se aproximava efetivamente, sendo assim, se empenharam para executar uma medida mais extrema a fim de mudarem uma questão latente em suas vidas, o controle senhorial no ir e vir diário e ingerência na condução de suas famílias. Essas questões podem ser consideradas como fator de descontentamento para as três escravas e

motivador da fuga. Por outro lado, alguns senhores brasileiros utilizavam as relações familiares dos escravos para ligá-los a seus engenhos e, também, para deixá-los menos propensos a fugir e desempenhar trabalho obediente. As escravas vendo as possibilidades que se abriram naquele momento trataram de aproveitar as oportunidades que surgiam.

Além disso, anos antes na região da Mata Sul, crescia a contestação por parte dos escravos da legitimidade da escravidão. Em 1879, na cidade de Rio Formoso, as autoridades policiais em suas investigações apuraram que os senhores de engenhos da localidade “achavam-se em risco” por conta dos escravos fugidos e escondidos em quilombos na matas dos Engenhos Brejo e Estiva¹⁰. No mesmo lugar, no ano de 1881, foi capturado um grupo de escravos que estavam assaltando as pessoas vindas da feira e roubando as ovelhas dos engenhos da vizinhança.

Já no ano de 1882, o Delegado oficiava a existência de dois grupos de escravos fugidos nas matas dos Engenhos Serrada, Laranjeiras, Saltinho, Mamucabas, Estiva, Mascate, Mascatinho e Ilhetas. Nos dias 4 de fevereiro de 1884 e no dia 19 de abril de 1884 foram feitas diligências para acabar com um quilombo que estava se formando nas matas dos Engenhos Brejo, Ilhetas e Estivas¹¹. O certo é que se pode encontrar com muita facilidade documentos com conteúdo semelhante aos transcritos acima¹².

7. Diário de Pernambuco 13 de outubro de 1887, Libertações, FL.2. Diário de Pernambuco 18 de outubro de 1887, Engenho Tinoco, FL.2. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco – Setor de Microfilmagem

8. SILVA, Eduardo. As Camélias do Leblon e a Abolição da escravatura: uma investigação de História Cultural. São Paulo: Companhia das Letras, p.60 e 61, 2003.

9. MACHADO, Maria Helena P. T.; De Rebelde a Fura-Greves: As Duas faces da Experiência da Liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação. In: Flávio dos Santos Gomes e Olívia Cunha (orgs.). Quase-Cidadão – Histórias e Antropologias da Pós-Emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.250

10. Ofício da Delegacia de Rio Formoso em 10 de março de 1879. RCP - Delegacia de Polícia de Rio Formoso, n.333 (1879-1888). APEJE.

11. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 21 de novembro de 1883. RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca, n.205 (1883-1890). APEJE.

12. Antonio pardo, escravo do senhor Albuquerque fugiu para Ipojuca. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 21 de março de 1883. RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca Nº 205 (1883-1890); Um indivíduo de nome Jacintho fugiu de Alagoas, dizendo ser escravo do Senhor Trajano Antonio de Mendonça proprietário do Engenho São Paulo. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 01 de janeiro de 1884. RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca Nº 205 (1883-1890); O preto Manoel fugiu e dizia pertencer ao espólio da finada D. Ignez. Ofício da Delegacia de Rio Formoso em 06 de novembro de 1880. RCP - Delegacia de Polícia de Rio Formoso Nº 333 (1879-1888); Ausentou-se da casa de seu Sr. Adolpho José de Jesus, morador no engenho Sibiró, a escrava de nome Joana. A escrava foi recolhida à Detenção. Ofício da Delegacia de Sirinhaém em 05 de fevereiro de 1885. RCP - Delegacia de Polícia de Sirinhaém, n.369 (1881-1889); APEJE.

Os espaços florestais ou as matas dos engenhos serviam como esconderijos para foragidos da lei, desertores, escravos fujões, quilombolas, entre outros indivíduos perigosos. A presença desses grupos e as dificuldades das forças policiais de conseguir controlá-los fez com que proprietários contratassem homens para serem olheiros. A função era proteger o engenho e seus habitantes contra o ataque de grupos de criminosos.

Em fins de novembro de 1883 em Ipojuca foi preso o escravo Cornélio, fugido há mais de um mês do engenho do seu senhor¹³. Analisar a fuga das escravas do Engenho Trapiche com essas informações sobre fugas e quilombos em mente, que podem ser multiplicadas, indica que havia um clima de insatisfação e diminuição dos mecanismos de controle na Mata Sul de Pernambuco, ligado ao aumento dos deslocamentos dos escravos fugidos e libertos.

Em 1887 o movimento abolicionista vivia seus melhores dias e retomava as suas atividades com maior adesão e mais força em todo o Brasil. A luta pelo fim da escravidão ganhou repercussão no debate político partidário e se tornou, para muitos, uma missão. Esta proposta não é analisar o movimento abolicionista em Pernambuco, mas, não se pode perder de vista que tal movimento social empreendeu mudanças nas práticas políticas e nas reivindicações de direitos para a população oriunda do cativo, como, por exemplo, o uso maior do campo jurídico, das manifestações públicas em *meetings*, das agremiações abolicionistas, artísticas e religiosas, além dos jornais que funcionavam como espaço de atividade militante, circulação de ideias e para angariar simpatizantes.

Em 1887 os apóstolos da Abolição, assim eram conhecidos Joaquim Nabuco e José Mariano, junto a Barros Sobrinho e Faelante da Câmara, viajaram de trem pelos municípios da Mata Sul de Pernambuco com o intuito de fazerem alguns comícios e reavivar a

campanha abolicionista, na capital e no interior. Essa comitiva passou por Palmares, Gameleira, Ribeirão e Escada. Por onde andavam escutavam-se os vivas a José Mariano e a Nabuco.

Em Palmares, quando caía à noite, realizaram-se *meetings* populares que foram assistidos por muitos escravos e por gente de pés descalços que, segundo um articulista, estavam praticamente no mesmo nível dos cativos. Em Escada o comício foi testemunhado e aplaudido por um grande número de trabalhadores da enxada que queimavam a pele de sol a sol nos canaviais, fossem escravos ou livres. Por isso José Mariano mencionou em sua conferência que homens e mulheres, fossem negros ou brancos miseráveis, deviam ser respeitados, pois essa gente descalça fez a riqueza das casas grandes. A presença dos abolicionistas, das flores e dos foguetes, junto a uma fala como a proferida por José Mariano deixaram de certo a cidade fervilhando. Por toda parte devia haver pares e pequenos grupos conversando sobre o ocorrido, o que deve ter aumentado o animo popular em favor da causa da Abolição¹⁴.

Apesar da campanha abolicionista e de toda uma movimentação popular em prol do fim da escravidão, em fins do século XIX, pareciam pequenas as esperanças de emancipação para as três cativas¹⁵. Ainda mais porque seu proprietário era apenas morador/lavrador do Engenho Trapiche e embora os moradores que trabalhavam nos engenhos fossem livres ou libertos com poucos recursos, muitas vezes possuíam escravos ou/e empregavam outros indivíduos.

Segundo Lizandra Ferraz (2010), grosso modo, o predomínio de alforrias entre os escravos de pequenas propriedades se deve a proximidade estabelecida entre os cativos e seus senhores. Quanto menor a esca-

13. Ofício da Delegacia de Ipojuca em 21 de novembro de 1883. RCP - Delegacia de Polícia de Ipojuca, n. 205 (1883-1890). APEJE.

14. GOUVÊA, Fernando da Cruz. Abolição: a liberdade veio do Norte. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, p.148, 149 e 151.

15. 1887 - Ipojuca - Traslado dos autos de perguntas aos escravos Aguida, Rufina e Barbina, de Guilhermino Joaquim do Rego Barreto. MJPE.

varia, maiores eram as possibilidades de estabelecer acordos entre senhores e escravos e assim barganhar a alforria, diferente dos escravos de grandes propriedades, cujo convívio entre eles era menos frequente¹⁶.

Além disso, alguns estudos indicam que as mulheres aparecem como as principais beneficiadas nas cartas de alforria¹⁷. Mas ainda assim as três escravas não tinham conseguido conquistar as suas alforrias, apesar de fazerem parte do grupo que mais conseguiu se alforriar ao longo do século XIX; eram mulheres, desempenhavam o serviço doméstico além de estarem vivendo em um contexto que as alforrias particulares se avolumavam. Perceber que tinham maiores condições de conseguirem a alforria e não a terem obtido pode ter sido o motor da empreitada dessas mulheres, ao adotarem uma solução mais melindrosa. A circulação de ideias de liberdade e a atuação de grupos abolicionistas em meetings, nas peças teatrais, nos jornais, nos panfletos, nas sociedades emancipadoras e no boca a boca só veio a unir forças com o protagonismo escravo e popular, enchendo as senzalas e os canaviais com expectativas de mais autonomia.

Estudos no Brasil e no mundo demonstraram que a circulação de ideias e a percepção delas por parte de alguns indivíduos motivou conflitos ou rebeliões escravas¹⁸. As experiências de cooperação e por vezes de cizânia entre libertos, escravos e pessoas livres nas *plantations* açucareiras de Pernambuco, demonstram que as ações podiam ser empreendidas a partir das expectativas e dos contatos com pessoas e com ideias de liberdade.

16. FERRAZ, Lizandra Meyer. Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. Dissertação de mestrado, Campinas, São Paulo, 2010, p.135 e 136.

17. Segundo Eisenberg todos os estudos da alforria brasileira concordam, com uma unanimidade impressionante, que a mulher escrava era quem mais recebia a carta de alforria, em números bem superiores à sua proporção dentro da população escrava. In: Eisenberg, Peter L. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, 17(2), Maio/Ago. 1987, p.175-216.

18. COSTA, Emília Viotti da. Coroa de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Notadamente o capítulo 5 – Vozes no ar.

Em seu depoimento, as fugitivas informaram que Florindo, um ex-escravo do Barão de Mercês, havia recebido as escravas em fuga na sua casa, mas aconselhado pelo inspetor de quartelão havia resolvido entregá-las, junto com seus filhos, ao seu proprietário, recebendo 10 mil réis pelo serviço. Tanto as alforrias como as fugas para serem bem sucedidas dependiam de redes de apoio para aqueles que apostavam nesse tipo de estratégia para obtenção da liberdade. A fuga foi mal sucedida e parece que esse senhor de escravos, como tantos outros, procurava manter a posse de suas propriedades das quais dependia para garantir a sua sobrevivência

As cativas que eram do serviço doméstico podiam executar os serviços de amas de criação, amas de leite, cozinheiras, copeiras, mucamas, lavadeiras ou engomadeiras. Essas atividades eram denominadas à época como “de portas a dentro”, indicando a existência de um certo grau de proximidade com as pessoas da casa¹⁹. O serviço de dentro de casa era considerado um benefício, pois era menos duro que as atividades no campo, desempenhadas sob chuva torrencial ou sol forte. Contudo, não se deve imaginar que se ocupar em outras atividades como ir para a roça, para os canaviais ou vender bolinhos na feira, lavar roupa fossem atividades necessariamente incompatíveis, em época de crise ou de prosperidade. Atentando para as diferenças temporais, a análise de Stuart Schwartz indica que as ocupações não eram fixas. O autor considera que:

Um segundo ponto a ser mencionado é que, nos engenhos, os trabalhadores de enxada e os escravos domésticos também realizavam tarefas de beneficiamento da cana em turnos noturnos. Por conseguinte, as costumeiras distinções entre os três grupos de funções – casa, campo e fábrica – são um tanto enganosas. Embora seja verdadeira que as ocupações especializadas – caldeiros, purgadeiras, etc – não fossem atribuídas a escravos de enxada, estes últimos também trabalhavam na fábrica carregando

19. SILVA, Maciel Henrique. Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: UFPE. Coedição, Salvador: EDUFBA, 2011.

cana ou lenha, transportando fôrmas e mascavando e encaixotando açúcar. O mesmo vale para os escravos domésticos durante a safra os seus serviços eram necessários dia e noite e também porque 'no tempo das moagens até os [escravos] de casas se ocupam nos engenhos. (SCHWARTZ, 1988, p. ?)

Enquanto executavam suas tarefas, as escravas deviam escutar sobre a atuação do movimento abolicionista, a discussão efervescente relativa aos debates pelo fim da escravidão visto nos jornais, nas manifestações públicas e em associações. Vinha ocorrendo à politização dos engenhos, inclusive, com notícias e ideias que circulavam entre a casa grande e a senzala.

Uma das fugitivas, a escrava Rufina tinha dois filhos ingênuos, Nazario de 4 anos e Mariano de 2 anos. O seu filho Mariano o caçula nasceu provavelmente entre os anos de 1884 e 1885. Muitas mães no passado e no presente tiveram como motivações para escolher o nome dos seus filhos a homenagem a parentes, a personagens com projeção na época, a religião, seja o nome de anjos, santos ou líderes religiosos. Pode ser levado em conta, também, para a escolha do nome de uma criança a notoriedade alcançada por pessoas ligadas a eventos marcantes do período. É possível que a escolha de Rufina tenha a ver com a fundação de um clube abolicionista em 1884, o Clube do Cupim e a atuação de seus componentes ao longo da década de 1880 como, por exemplo, José Mariano, um dos seus membros mais ativos na luta contra o fim da escravidão em Pernambuco. Esse célebre abolicionista foi um dos políticos mais populares do Recife e que teve grande capacidade de mobilizar vários setores da população da capital e do interior²⁰. Essa situação pode ser uma pista de que os escravos dos engenhos não viviam isolados do mundo das discussões políticas e conheciam a conjuntura à sua volta.

Ao se adentrar na complexidade da dinâmica cotidiana de famílias chefiadas por mulheres escravas, consegue-se enxergar relações de luta e solidariedades. Não se sabe se Rufina, Barbina e Aguida conviviam com os

pais de seus filhos, nem se eles eram cativos, forros, ou livres. Mas têm-se ao certo as evidências da astúcia e da coragem dessas cativas em busca da conquista de suas liberdades e dos seus filhos. A resistência, como pontuam alguns historiadores, não pode ser entendida apenas na perspectiva do enfrentamento direto, mas, também, de uma maneira mais variada e complexa²¹.

A propósito da fuga dessas escravas por alguns engenhos da região não se pode deixar de pensar que questões de gênero influíram na forma como os deslocamentos de mulheres escravas e libertas se realizaram nos últimos anos da escravidão no Brasil. Maria Helena Machado (2010) em um artigo analisa os desafios sociais enfrentados por uma mulher em litígio por sua liberdade e os deslocamentos geográficos por ela empreendidos no sudeste na década de 1880. A autora discute as dificuldades que as mulheres escravas enfrentavam para alcançar sua liberdade e que depois de conquistada o controle sob sua pessoa seria limitado.

Entre os escravos fugitivos, as mulheres com crianças era minoria, isso porque muitas mães se recusavam a abandonar seus filhos. Os perigos e empecilhos eram maiores para quem fugia acompanhado de crianças pequenas, pois ficariam sem morada certa em um primeiro momento ou teriam de vagar de um canto a outro, além do que, as crianças pequenas são barulhentas e dependentes. Anos antes, aconteceu um caso semelhante, mas dessa vez com um casal de escravos fugidos, José e Maria, que vinham acompanhados de três crianças ingênuas, acabaram presos e recolhidos à cadeia²². Esse foi provavelmente o destino de escravas que fugiam em companhia de seus filhos.

Rufina, Barbina e Aguida não podiam ser vendidas separadamente das suas crianças, pois, essas haviam nascido após a Lei do Ventre Livre. Entretanto, podiam ser avaliadas conjuntamente, ao serem vendidas

20. HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e Conflitos na consolidação da República em Pernambuco: A Revolta de Triunfo. In: Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica, v.28, n.2, Recife: UFPE, 2010.

21. NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no Sertão Baiano (1876-1888). *Revista Afro-Ásia*, n.35, 2007.

22. Ofício da Delegacia de Rio Formos em 10 de dezembro de 1883. RCP - Delegacia de Polícia de Rio Formoso, nº 333 (1879-1888). APEJE.

com elas. Caso os senhores de suas mães quisessem mantê-las sob sua guarda, teriam a possibilidade de usufruir do trabalho das crianças ingênuas e auferir recompensa financeira derivada das suas atividades. A presença do trabalho na vida da criança escrava foi algo latente e ela já começava a desempenhar atividades laborais pelos quatro anos de idade²³.

A disputa por trabalhadores facilitou a busca pelos escravos de refúgios em outras propriedades, a perda de legitimidade da escravidão e uma presença maior do movimento abolicionista são elementos que influenciaram de variadas maneiras nas atitudes dos escravizados. Existia um horizonte de dúvidas e apreensões experimentadas naquele momento pelas três cativas. A fuga foi um recurso para provocar uma mudança mais substancial em suas condições de vida. Nesses termos, pode-se pensar que o fim do cativo não estava tão próximo e certo para as três irmãs, nós sim, sabe-se que se promulgou cerca de 9 meses depois uma lei que abolia a escravidão no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tiveram as suas tentativas de alforria frustradas algumas mulheres pareciam dispostas a enfrentar as dificuldades, medos e incertezas impostas ao se arriscar em uma fuga, notadamente, na companhia dos filhos. Esse tipo de ação foi uma forma de contestar a autoridade senhorial e, também, demonstra que a fuga era uma das variadas estratégias que as escravas lançavam mão para conseguir a sua liberdade.

Infelizmente, nenhuma das irmãs deixou documentos que permitisse perseguir a sua trajetória no pós-abolição. Teria essas mulheres e suas crianças conseguido ultrapassar a fronteira da escravidão para a liberdade sem maiores problemas?

Uma das possibilidades para os dias seguintes a

Abolição experienciadas por elas pode ter sido semelhante ao caso ocorrido em Escada. Em 5 de junho de 1888 o delegado de Escada iniciou seu ofício relatando o que tinha ocorrido dias antes no Engenho Refresco: à entrega das ingênuas Paulina e Salustiana para a mãe. Elas estavam sendo disputadas pelo Dr. Sérgio, proprietário do referido engenho, e pela mãe das meninas, a ex-escrava Maria, apontada como mulher solteira, que vivia embriagada e era possuidora de maus costumes. Essas descrições procuravam informar sobre a conduta de Maria, desqualificá-la e dificultar a retomada da tutela das suas filhas, que já deviam executar pequenos afazeres e quando crescessem iriam tornar-se aptas para os mais diversos serviços naquele engenho.

Esse pequeno fragmento, de um lado, apresenta a problemática da reorganização do trabalho, as dificuldades enfrentadas pelas libertas para gerir as suas vidas e os conflitos que nasceram da quebra de antigas hierarquias no imediato pós-abolição. E por outro lado mostra que aumentaram as possibilidades das libertas de reclamarem em seu próprio nome e, também, como elas poderiam ir embora dos engenhos e viver no lugar que escolhessem sem necessidade de negociação prévia, ou seja, houve, segundo o delegado, o aumento do número de libertas e libertos desobedientes e desordeiros.

A análise de fontes documentais permite inferir que as escravas sabiam que podiam e deviam manejar a identidade de mãe e ex-escrava necessitada de auxílio. E que do mesmo modo essas identidades podiam ser utilizadas contra elas. Essas mulheres embora não pudessem seguir a risca os modelos de maternidade prescritos, pois, por vezes eram caracterizadas como possuidoras de defeitos morais intrínsecos, ao tentar se aproximar desses padrões podem ter conseguido um trunfo importante para receber apoio para sua causa. O histórico da escravidão afetou e ainda afeta negativamente, a vida, a trajetória e a inserção social de mulheres negras (pardas, pretas, morenas e mulatas) no Brasil com a divulgação de estereótipos

23. PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na Cidade de Salvador 1850-1888. Revista Afro-Ásia, n.32, 2005, p.172 e 173.

negativos e excludentes acerca da sua sexualidade e de sua organização familiar que foram utilizados para justificar formas de controle social.

A trajetória da liberta Maria evidencia um fragmento da luta pela liberdade que mulheres negras ainda tiveram de travar depois de abolida a escravidão no país, conquistando espaços de autonomia mesmo que precários e instáveis. Os pedaços de histórias das mulheres que aqui foram apresentadas têm em comum as estratégias de mulheres negras escravas e ex-escravas para ficar com suas crianças. Esse tipo de luta exigia que as mulheres construíssem e manipulassem a imagem de boa mãe e honesta para serem reconhecidas como merecedoras para viver com alguma autonomia em companhia de seus filhos.

É possível que como outras ex-escravas elas tenham permanecido no lugar onde foram cativas ou tenham migrado para locais próximos, buscando espaços de autônoma onde a condição escrava não fosse a única referência para o seu tratamento. Algumas delas retornaram para o seu lugar de origem em um engenho ou cidade para buscar recompor laços familiares desfeitos e se agrupar em uma rede de apoio. No caso das irmãs a busca pela liberdade foi um empreendimento familiar, planejado e executado em conjunto.

Por fim, não se sabe com certeza, mas geralmente foram mais de um motivo que levaram as escravas Aguida, Rufina e Barbina a adotar o caminho tortuoso da fuga. O que certamente se sabe é que elas estavam vivendo em um período de contestação do cativo, de transformações políticas. De mudanças legais e que discursos inflamados ocupavam as páginas dos jornais. Sendo assim, esse momento encorajou as irmãs a tentarem efetivar suas liberdades.

A história aqui narrada, que deve ser semelhante à de tantas outras, demonstra como mulheres submetidas ao sistema escravista em Pernambuco de finais do século XIX, buscaram por em prática seus projetos

e esperanças para superar as mazelas da escravidão. E como indica Solange Rocha às ações das mulheres escravas aqui contadas “as qualificam como agentes históricas e suas trajetórias são mais relevantes do que propunha a historiografia tradicional” (2012, p. 95).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de & FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **Palmares, a cabanada, a gente das matas**. In: **Mocambos de Palmares: histórias e fontes** (séc. XVI-XIX). Flávio Gomes (Org.), Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

CARVALHO, M. J. M. **Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos Em Pernambuco, 1832-1855. Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v.17, 1987.

CHALHOUN, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroa de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.

EISENBERG, Peter L. **Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 17(2), Maio/Ago. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FERRAZ, Lizandra Meyer. **Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. Dissertação de mestrado**, Campinas, São Paulo, 2010.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Abolição**: a liberdade veio do Norte. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afro-descendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Anablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina** – Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição**: A história de Benedita Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). Afro-Ásia, 42 (2010).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Guedes, Uma Mina de Jesus: trajetórias africanas do cativo a liberdade. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2005.

ROCHA, P. Solange. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos** – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de Honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: UFPE. Co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.

Recebido em: 3 de Fevereiro de 2014

Avaliado em: 26 de Fevereiro de 2014

Aceito em: 10 de Março de 2014

1. Doutora em História pela Unicamp. Artigo baseado na tese de doutorado na Unicamp, no Programa de Pós-graduação em História, 2014. E-mail: emiliaavas@hotmail.com